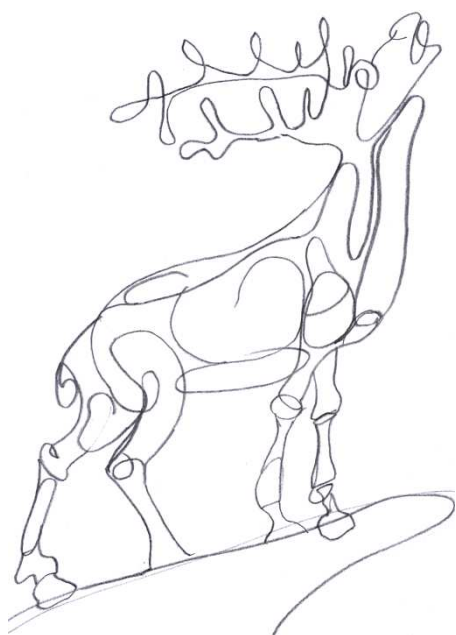





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONTRATAÇÃO PÚBLICA



Convite


AJUSTE DIRETO

**Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos –
Plataforma de Interoperabilidade**

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

INDICE

Artigo 1.º - Identificação do Procedimento.....	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante.....	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º - Órgão competente para prestar os esclarecimentos	3
Artigo 5.º - Preço base.....	3
Artigo 6.º - Documentos que constituem a proposta	3
Artigo 7.º - Propostas variantes	4
Artigo 8.º - Prazo para apresentação das propostas.....	4
Artigo 9.º - Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta	4
Artigo 10.º - Dúvidas e Esclarecimentos.....	4
Artigo 11.º - Critério de adjudicação	5
Artigo 12.º - Negociações.....	5
Artigo 13.º - Caução	5
Artigo 14.º - Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	5
Artigo 15.º - Prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário	5
Artigo 16.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	5
Artigo 17.º - Despesas e encargos do concorrente	5
Artigo 18.º - Legislação aplicável.....	6
ANEXO I	7
ANEXO II	10

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

Ajuste Direto n.º **048-15**, que visa a aquisição de serviços “**Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade**”, nos termos do Código dos Contratos Públicos (**doravante designado abreviadamente por CCP**), aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

Município de Vila Nova de Cerveira

Praça do Município

4920-284 Vila Nova de Cerveira

Telf. Geral: 251 708 020

Fax: 251 708 022

E-mail: contratacao.publica@cm-vncerveira.pt

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

O Presidente da Câmara Municipal por despacho, emitido no exercício de competência própria em **8 de setembro de 2015**.

Artigo 4.º

Órgão competente para prestar os esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri.

Artigo 5.º

Preço base

O valor máximo que o Município de Vila Nova de Cerveira aceita pagar é **€ 25.000,00 (vinte e cinco mil euros)**, que limita o preço contratual, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.


Artigo 6.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta será instruída com os seguintes documentos:

a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** do CCP, do qual faz parte integrante, observado o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do referido diploma;

b. Proposta de preço, devendo indicar o preço total e preços unitários dos serviços a prestar;

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

c. Nota justificativa do valor dos honorários propostos;

d. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar com interesse para o presente procedimento, e que não estejam em contradição com mesmo.

2. De acordo com o artigo 60.º do CCP os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não devem incluir o imposto sobre o valor acrescentado, devendo mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e taxas aplicáveis, se este for legalmente devido.

Artigo 7.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para apresentação das propostas

A proposta e a documentação exigida deverão, sob pena de exclusão, ser entregues, através da Plataforma de Contratação Pública Vortalgov, até às **18h00m do dia 17 de setembro de 2015**.

Artigo 9.º

Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta

A apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

a. A entrega da proposta do presente ajuste direto será efetuada na plataforma de contratação acessível através do sítio electrónico www.vortalgov.pt, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, SA;

b. Os documentos que constituem a proposta **devem ser assinados eletronicamente pelos concorrentes ou seus representantes, através de aposição de assinatura eletrónica qualificada de representação**, conforme estabelecido no decreto-lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho e na portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho. Esta Portaria entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2009 e obriga à utilização de assinaturas eletrónicas qualificadas e selos temporais, para uso em plataformas eletrónicas de contratação;

c. Todos os documentos em que seja exigida assinatura deverão ser assinados eletronicamente ao serem anexados à proposta;


d. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º

Dúvidas e Esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários á boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitadas por escrito, através da plataforma eletrónica Vortalgov na ferramenta de Gestão de Mensagens.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica Vortalgov nas ferramentas de Gestão de Mensagens.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

Artigo 11.º
Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço.

Artigo 12.º
Negociações

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 13.º
Caução

Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 14.º
Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. O adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** do CCP, do qual faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão de Registo Comercial.
- d) Declaração com a identificação da(s) pessoa(s) que outorga(m) no contrato (nome completo, estado civil, freguesia e concelho de naturalidade, residência, n.º do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão, respetiva data de emissão e serviço que o emitiu) e respetiva fotocópia.

2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica Vortalgov na ferramenta de Gestão de Mensagens, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

Artigo 15.º
Prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário


Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de **10 (dez) dias** após a notificação da adjudicação.

Artigo 16.º
Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de **66 (sessenta e seis) dias**, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 17.º
Despesas e encargos do concorrente

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

Artigo 18.º
Legislação aplicável


Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

O presente Convite contém onze folhas, todas numeradas e por mim rubricadas.

Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, 8 de setembro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal,

João Fernando Brito Nogueira

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 -, **(nome, número de documento de identificação e morada)**, na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ **(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)**, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **(designação ou referência ao procedimento em causa)**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a).....;

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁴⁾ **[ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ⁽⁵⁾]** ⁽⁶⁾;

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁷⁾ **[ou os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽⁸⁾]** ⁽⁹⁾;

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».


⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.

⁽⁴⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁽⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁽⁶⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

⁽⁷⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal **(ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)** ⁽¹⁰⁾;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal **(ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)** ⁽¹¹⁾;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto - Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽¹²⁾;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽¹³⁾;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal **(ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)** ⁽¹⁴⁾;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁵⁾ **[ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes ⁽¹⁶⁾] ⁽¹⁷⁾:**

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1.º do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui

⁽⁸⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁽⁹⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

⁽¹⁰⁾ Declarar consoante a situação.

⁽¹¹⁾ Declarar consoante a situação.

⁽¹²⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.


⁽¹³⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

⁽¹⁴⁾ Declarar consoante a situação.

⁽¹⁵⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

⁽¹⁶⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

⁽¹⁷⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	


contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura ⁽¹⁸⁾].

⁽¹⁸⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁰⁾:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽²¹⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽²²⁾] ⁽²³⁾;

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória ⁽²⁴⁾;

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ⁽²⁵⁾;

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) ⁽²⁶⁾;

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽²⁷⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽²⁸⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

⁽¹⁹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁰⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽²¹⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁽²²⁾ Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

⁽²³⁾ Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.


⁽²⁴⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

⁽²⁵⁾ Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

⁽²⁶⁾ Declarar consoante a situação.

⁽²⁷⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽²⁸⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA Câmara Municipal	Convite
	AJUSTE DIRETO - Modernização Tecnológica e Qualificada dos Serviços Administrativos – Plataforma de Interoperabilidade	

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽²⁹⁾].

⁽²⁹⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.